

IDENTIDADE CULTURAL E ENSINO NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Antonia Rosemeire Guedes da Silva

Mestre Interdisciplinar em Humanidades no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades (POSIH-MIH\ UNILAB)

E-mail: profrosemeireguedes@gmail.com

Maurílio Alves Rocha Jr.

Mestre Interdisciplinar em Humanidades no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades (POSIH-MIH\ UNILAB)

E-mail: maurilioalvesrocha@gmail.com

Luís Carlos Ferreira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades (POSIH-MIH/UNILAB).

E-mail: luisferreira@unilab.edu.br

Resumo

A identidade étnica e a educação indígena estão conectadas, pois a educação exerce uma função fundamental na preservação e fortalecimento das culturas e tradições indígenas. Por meio da educação, as comunidades indígenas transmitem os seus conhecimentos, línguas e valores para as gerações futuras, garantindo a continuidade de sua identidade cultural. O estudo descreve a pesquisa realizada com o objetivo de compreender como a identidade étnica é expressa na educação escolar indígena e de que maneira essa identidade é desenvolvida e reafirmada. A metodologia utilizada foi baseada em relatos de experiências, a partir das interações ocorridas durante visitas. Os resultados indicam que os materiais didáticos utilizados nas escolas indígenas apresentam uma representação estereotipada do "índio", o que reforça a necessidade de os professores em ressignificar os instrumentais pedagógicos para que assim possam apresentar aos estudantes, com mais clareza, as identidades étnicas e mostrar que os povos indígenas são sujeitos em constante evolução cultural e temporal.

Palavras-chave: Ensino. Identidade cultural. Indígenas.

Introdução

O tema da identidade étnica e educação indígena é relevante na história e cultura dos povos indígenas no Brasil, quando se considera a trajetória educacional dessas comunidades ao longo dos séculos. A educação indígena, iniciada no período colonial com a chegada dos jesuítas, evoluiu de um instrumento de catequização e civilização para um



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

meio de preservação e fortalecimento das identidades culturais. O presente trabalho tem por objetivo compreender como a identidade étnica é expressa e afirmada na educação escolar indígena.

Assim, a educação escolar indígena é analisada a partir da perspectiva histórica, considerando os principais marcos da educação indígena no Brasil, desde a colonização até o reconhecimento dos direitos desses povos na Constituição Federal de 1988.

Com isso, a relevância desta temática se justifica pela necessidade de repensar as práticas pedagógicas e os materiais utilizados nas escolas indígenas, promovendo a valorização das identidades étnicas e assegurando que a educação atenda às especificidades culturais dos povos indígenas. Desse modo, ao comparar a resistência indígena com a resistência de outros povos (como os povos africanos, por exemplo) a pesquisa destaca a importância da educação como um instrumento de empoderamento e preservação cultural.

Desenvolvimento

Esta presente pesquisa foi feita uma análise bibliográfica, usando obras e artigos científicos que abordam a identidade étnica e a educação escolar indígena. Consultadas diversas fontes acadêmicas que possibilitaram a compreensão teórica das dinâmicas sociais, culturais e históricas que moldam as identidades indígenas no Brasil.

Nesse viés, a pesquisa incluiu relato de experiência vivenciada em uma escola indígena pelos pesquisadores deste presente trabalho, em que se buscou compreender de forma prática como a identidade étnica é representada e afirmada no ambiente educacional. Durante a investigação, foi realizado diálogo com os estudantes para captar suas percepções sobre a identidade indígena, ao mesmo tempo em que se analisou os materiais didáticos usados nas aulas.

Referencial teórico

A educação indígena no Brasil é um tema de grande relevância, envolvendo questões históricas, culturais, políticas e sociais. Durante muitos séculos, a educação dos povos indígenas foi marcada por uma política de assimilação cultural, na qual os missionários e agentes coloniais buscavam "civilizar" os indígenas, afastando-os de suas tradições e línguas. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (doravante CF de 88), essa realidade começou a mudar, passando a reconhecer o direito desses povos de desenvolver seus próprios sistemas educacionais.



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

Nessa perspectiva, a partir da CF de 88, a educação indígena passou a ser reconhecida como um direito garantido, assegurando às comunidades indígenas a liberdade de desenvolver programas educacionais que respeitem os aspectos relacionados às línguas, tradições e culturas. Desse modo, o artigo 3º do Decreto 6.861/2009, que regulamenta a educação indígena, reforça essa ideia, afirmando que as escolas indígenas devem ter normas próprias e diretrizes curriculares específicas, voltadas para a valorização de suas culturas e práticas sociais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, e a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI) são marcos legais que consolidam o direito à educação diferenciada para os povos indígenas. A PNEEI prevê, entre outras coisas, a criação de escolas indígenas e a formação de professores indígenas e não indígenas para atuarem nessas escolas, garantindo uma educação de qualidade e voltada para as demandas específicas dessas comunidades. Apesar dos avanços legais, a efetivação da educação indígena ainda enfrenta obstáculos, entre elas estão a resistência dos setores da sociedade em valorizar os aspectos culturais e linguísticos, além de uma falta de docente especializados, bem como a falta de recursos e infraestrutura adequada limita a qualidade da educação nas comunidades indígenas (Ferreira; Prado, 2013).

Portanto, a educação diferenciada, assegurada por leis como a LDB e o PNEEI, oferece uma oportunidade para que as comunidades indígenas mantenham vivas suas tradições e identidades culturais. É necessário que as políticas públicas sejam implementadas, com investimentos e avanços na infraestrutura, formação de professores e respeito à diversidade cultural, para que a educação indígena possa cumprir seu papel de promover a inclusão e a igualdade de oportunidades no Brasil.

Resultados e Discussão

Nessa perspectiva, os dados obtidos na pesquisa sobre a educação indígena no Ceará foram organizados em três categorias analíticas: histórico e legislação, identidade étnica e educação intercultural e, por fim, desafios e avanços da educação indígena. A sistematização dos achados empíricos foi realizada a partir de uma revisão de literatura que inclui autores como Freire (2009) e Mato Grosso (1997), além de documentos legais que norteiam a educação indígena.

a. Histórico e Legislação

A análise histórica revela um cenário de negligência e exclusão social que perdurou por séculos. A colonização impôs educação que desconsiderava a cultura indígena, resultando em altos índices de analfabetismo (Ferreira, 2001). A partir da década de 1990, observou-se um movimento em direção à valorização das culturas indígenas, culminando com a promulgação da LDB em 1996.

Este marco legal reconheceu a educação escolar indígena como um direito e estabeleceu diretrizes que respeitam as especificidades culturais e linguísticas dos povos indígenas (Brasil, 1998). O Decreto nº 5.051 de 2004 reforça essa proposta, destaca a importância da participação ativa dos indígenas na construção de um modelo educacional que atenda suas necessidades.

b. Identidade étnica e educação intercultural

A identidade étnica é um elemento central na educação indígena (Freire, 2009). A construção da identidade étnica nas escolas indígenas é um processo em desenvolvimento, em que as atividades pedagógicas devem promover o reconhecimento e a valorização da cultura indígena (Nascimento, 2014).

Assim, na pesquisa percebeu-se que, em sala de aula, atividades que utilizam reflexões sobre a própria imagem e a identidade indígena têm mostrado resultados positivos, fortalecendo a autoestima e o orgulho cultural dos estudantes. Ao abordar a educação de forma intercultural, as escolas relacionam o conhecimento tradicional com o conhecimento científico, contribuindo para uma formação e respeito as diversidades culturais.

Desafios e avanços da educação indígena

Embora tenha tido avanços na educação indígena no Ceará, os desafios persistem. As escolas enfrentam dificuldades em garantir a implementação das políticas educacionais que promovem uma educação de qualidade. A falta de materiais didáticos adequados e a formação continuada de professores indígenas ainda são questões que necessitam de uma maior atenção (Mato Grosso, 1997).

Sendo assim, os relatos de experiência da presente pesquisa indicam um movimento em direção à valorização da cultura indígena nas escolas, com a participação ativa da comunidade no desenvolvimento curricular e na promoção de saberes tradicionais. Nesse contexto, foi relatado por um educador que, ao usar elementos



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

culturais nas aulas, houve um maior interesse da classe discente, essa conexão emocional com o conteúdo educacional enriquece o aprendizado, fortalecendo a identidade e a autoestima do público estudantil.

Considerações finais

Com isso, a partir do processo investigativo, os resultados demonstram que, apesar dos desafios, os esforços para implementar a educação intercultural e bilíngue têm gerado impactos positivos nas comunidades. A valorização da identidade étnica, a formação de professores indígenas e o reconhecimento dos direitos educacionais são fundamentais para a construção de uma educação de qualidade e pautada na equidade. E, assim, nota-se a importância de continuar investindo na educação indígena, garantindo que esses povos possam afirmar suas identidades e contribuir para uma sociedade de maneira plena e digna.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição Federal de 1988. Diário Oficial da União. Brasília, DF; 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União. Brasília, DF; 1996.
- BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Regulamenta a educação escolar indígena. Diário Oficial da União. Brasília, DF; 2004.
- BRASIL. **Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009**. Diário Oficial da União. Institui a política nacional de educação escolar indígena. Brasília, DF; 2009.
- FERREIRA, A.; PRADO, M. G. Um novo olhar à educação indígena a partir da Constituição de 1998. **Anais do XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE**. Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013.
- FERREIRA, M. K. L. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA, A.L.; FERREIRA, Mariana K. L. (Orgs.). **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. 2ª. ed. São Paulo: Global, 2001.
- FREIRE, M. C. B. **A criança indígena na escola urbana**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso. **Urucum, jenipapo e giz: a educação escolar indígena em debate**. Cuiabá: Entrelinhas, 1997.
- NASCIMENTO, R. N. F. **Interculturalidade e educação escolar indígena em**



III Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente

Roraima: da normatização à prática cotidiana. Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.